

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N° , DE 2004.
(da Sra. Kátia Abreu)

Solicita a realização de Audiência Pública com o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, tendo como objetivo discutir a posição do governo brasileiro em relação as recentes negociações internacionais que envolvem a OMC, a ALCA e o acordo Mercosul-União Européia.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 255 a 258 do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. a realização de Audiência Pública tendo por objeto a política de comércio exterior brasileira para o setor agropecuário, nomeadamente, no contexto das negociações da Organização Mundial do Comércio, OMC; da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA; e do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia, bem como o encaminhamento de convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para comparecer a esta Comissão a fim de participar da referida reunião.

JUSTIFICAÇÃO

A liberalização comercial é hoje o principal tema abordado pelos 147 membros que constituem a chamada OMC, Organização Mundial do Comércio.

A política agrícola praticada pelos países industrializados distorce o comércio mundial mediante a utilização abusiva de subsídios e a adoção de barreiras sanitárias e não-sanitárias. A União Européia e os Estados Unidos vêm patrocinando, há décadas, uma verdadeira guerra comercial nos mercados de produtos agrícolas.

Segundo dados do Banco Mundial, os países ricos gastam mais de 880 milhões de dólares em subsídios por dia. De acordo com o mesmo estudo, os Estados Unidos chegam a cobrar mais 350% de imposto de importação. Além disso, vale destacar que se os impostos e os subsídios à agricultura nos países ricos caíssem para o mesmo nível dos manufaturados, os países em desenvolvimento exportariam mais 40 bilhões de dólares por ano. O Brasil assim como os outros países que apresentam alta competitividade no seu setor agropecuário seriam os principais beneficiados com tal redução.

Por tais motivos que países como Brasil, Índia e África do Sul, vem exercendo forte liderança no contexto em que se desenrola a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, sobretudo no sentido de fazer com que se cumpram os compromissos assumidos, principalmente, no que diz respeito ao acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios às exportações.

A última reunião da OMC, realizada na cidade de Genebra, marcou um grande avanço no que tange a liberalização multilateral do comércio agrícola. Pelo acordo, o grande ganho para o Brasil vai se dar na área do apoio às exportações agrícolas dos países ricos. Serão eliminados os subsídios, fornecidos essencialmente pela União Européia, e mais bem disciplinados os créditos e outros mecanismos de suporte à exportação, que os EUA usam abundantemente. Com isso, os países ricos deixam de despejar produtos agrícolas a preços subsidiados em terceiros países, o que barra o acesso da produção brasileira, altamente competitiva, mas que não pode

concorrer contra as superpotências como Europa e EUA. Os resultados obtidos pelo Brasil na reunião da OMC, deverão propiciar ao País um ganho anual de 10 bilhões dólares (cerca de R\$ 30 bilhões) no comércio exterior.

O documento acordado pelos países reforçou ainda mais a importância da OMC no cenário comercial no mundo, mesmo após o fracasso da Conferência Ministerial de Cancún, e reascendeu as demais negociações internacionais como o acordo bilateral Mercosul-União Européia e a formação da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA.

Atualmente o agronegócio brasileiro envolve cerca de 4,9 milhões de propriedades e 70 mil agroindústrias. Em 2003, foi responsável por 27% do PIB, 41% da exportação e 27% dos empregos. A atividade rural ocupa 24,2% da população economicamente ativa (PEA), ou 17,4 milhões de trabalhadores. O setor é hoje o maior empregador do Brasil e grande responsável pelo superávit da balança comercial. Por tais motivos que a liberalização do comércio de forma multilateral é de suma importância para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro e, consequentemente , para economia do país.

Sendo assim, houvemos por bem apresentar o presente requerimento para realização de uma Audiência Pública com a finalidade de abordar essas questões, à qual poderá ser indubitavelmente mais profícua se puder contar com a participação, como convidado, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o qual poderá, com seu relato, proporcionar aos integrantes dessa comissão e aos membros dessa Casa legislativa, maior esclarecimento quanto às posições brasileiras nas negociações comerciais bilaterais e multilaterais.

Sala das Sessões, de 2004

Deputada Kátia Abreu
PFL/TO